



Donald Ramos

Identidade tripartite

Norte-americano filho de portugueses, Donald Ramos destacou-se como historiador ao dedicar boa parte de sua vida à pesquisa do mundo colonial luso-brasileiro, reforçando, assim, os laços com suas múltiplas identidades, como revela nesta entrevista à RAPM.

> Donald Ramos, professor da Cleveland State University (CSU), em Ohio, Estados Unidos, é conhecido no Brasil pelos trabalhos que escreveu a respeito da colonização de Minas Gerais. Entre esses trabalhos, destacam-se sua tese de doutorado referente à constituição de Vila Rica e artigos sobre temas tão diversos quanto família, migração, quilombos e cultura popular. As perspectivas historiográficas de Donald Ramos, amplamente divulgadas no Brasil, são mencionadas a seguir, em entrevista feita via troca de *e-mails* nos meses de julho e agosto de 2010.

Há, no entanto, mais. Quando realizei um estágio pós-doutoral na CSU, em julho de 2007, tive a privilegiada oportunidade de hospedar-me em sua casa e de conversar cotidianamente sobre sua trajetória e suas ideias a respeito do mundo. A gentileza com que me acolheu em Cleveland e sua preocupação em me mostrar, nos diversos passeios que fizemos, as diferentes realidades da sociedade norte-americana revelaram uma sensibilidade acurada em relação à diversidade política e cultural da América e do mundo.

Esse amante de *baseball*, torcedor fanático do Indians, nasceu nos Estados Unidos, filho de pais portugueses. Sua abertura para a América Latina redundou numa estada de dois anos no eixo Belo Horizonte/Ouro Preto – onde consultou com afinco a documentação do Arquivo Público Mineiro (APM) e do Museu da Inconfidência –, mas também em experiências significativas como a visita à Nicarágua no contexto da Revolução Sandinista. A acuidade de suas reflexões políticas aparece, por exemplo, na interessante observação que fez ao final desta entrevista: “Todas as vezes que lia sua revisão, ficava aflito com o fato de eu usar EUA como substantivo no

singular e você transformá-lo em plural. Isso não é uma crítica, longe disso. É uma observação. Quando jovem, era comum ver o termo usado como substantivo no plural – em minha modesta opinião, particularmente entre escritores conservadores que desejavam afirmar os direitos dos Estados. Porém, mais recentemente, ele é usado apenas no singular, talvez como reconhecimento do poder centralizador do governo federal. Mais água para o moinho...”. Nas linhas a seguir, o leitor poderá acompanhar a tentativa de articular os vários fios dessa importante trajetória.

RAPM – Uma primeira e inevitável pergunta diz respeito aos motivos que levam um pesquisador estrangeiro a estudar o Brasil. O que você acha da palavra “brasilianista”? Você se considera um “brasilianista”?

Donald Ramos – Sua pergunta é importante e exige uma resposta séria e, infelizmente, complicada. Confesso que nunca me senti um estrangeiro no Brasil. Sou filho de imigrantes portugueses – minha mãe de São Miguel e meu pai de Graciosa, nos Açores – e fui criado numa casa onde só se ouvia português, no meio de uma comunidade portuguesa no Estado de Massachusetts. Foi só quando iniciei os meus anos escolares que aprendi a falar inglês. Toda essa biografia para dizer que fui criado num ambiente luso-americano. Minha primeira estada no Brasil foi em 1969 e desde o começo eu me senti em casa. Naquele tempo, pesquisadores estrangeiros eram raros, e fomos, eu e minha esposa, recebidos com muito carinho. Entendo que sou um estrangeiro, mas nunca me senti um estrangeiro. Consultar os documentos do século XVIII abriu uma janela para a história dos meus pais. Do mesmo modo, nunca me senti um

norte-americano por completo ou um português por completo e, obviamente, um brasileiro por completo. Minha identidade pessoal é, então, muito complexa, com várias facetas. Agora, para voltar a sua pergunta, quando me formei em História, entrei no Exército norte-americano como tenente. Usei os dois anos de serviço militar para decidir o meu futuro. Aceitei os conselhos dos meus professores universitários de que eu deveria fazer um curso de pós-graduação utilizando minha cultura lusa. Entre a história portuguesa e a brasileira, a escolha foi simples. Gostava, e continuo a gostar, da literatura, da arte e da música brasileiras. Na opinião daquele (muito) jovem, a cultura portuguesa se reduzia à música (Amália Rodrigues) e à literatura dos meus pais (Fernando Pessoa). E, talvez o ponto mais importante, já via o Brasil com o potencial de ser um grande país. Mais uma vez na opinião daquele jovem, o Brasil era o futuro e Portugal, o passado. De certo modo, essa decisão já tinha sido prevista no meu último ano de bacharelado, quando preparei uma monografia sobre a política social de Getúlio Vargas. Olhando do ponto de vista atual, é óbvio que a decisão estava sendo feita. Mas eu só reconheci o óbvio durante os anos de serviço militar, em 1964-1966.

Minha primeira estada no Brasil foi em 1969 e desde o começo eu me senti em casa. Naquele tempo, pesquisadores estrangeiros eram raros, e fomos, eu e minha esposa, recebidos com muito carinho.

RAPM – Como sua trajetória o conduziu à colonização de Minas Gerais?

Donald Ramos – Já no início dos meus estudos de doutoramento na Universidade da Flórida, li o livro magnífico de Charles R. Boxer, *A Idade de Ouro do Brasil*. O livro serviu de guia para meus futuros interesses científicos. Primeiro, Boxer me levou para o período colonial e, segundo, para Minas Gerais. Escolhi, então, o assunto de minha tese baseado no trabalho de Boxer e em alguns outros trabalhos que encontrei naqueles anos,

especialmente os de Manoel Cardozo e Augusto de Lima Junior. Entendi a importância de Minas Gerais para a história das Américas e fiquei interessado na história dos povos que construíram essa história.

RAPM – É muito interessante que sua escolha definitiva pela história do Brasil tenha ocorrido, fundamentalmente, associada a três aspectos: sua ascendência portuguesa, o período em que serviu o Exército norte-americano como tenente – exatamente no contexto do golpe militar de 1964 – e a leitura de Charles Boxer sobre o Império português. O fato de você considerar, já naquele momento, que o Brasil possuía potencial para ser um grande país resultava de alguma frustração ou crítica em relação aos Estados Unidos e à ideia de império?

Donald Ramos – Suas perguntas exigem respostas quase psicobiográficas. Preciso voltar à casa de minha juventude. Meus pais, ambos, eram operários e membros de sindicatos. E mais, viviam num ambiente em que tentavam manter sua cultura portuguesa, os clubes culturais, enquanto adotavam uma atitude forte contra a ditadura portuguesa de Antônio Salazar. Eu penso agora que a atitude política de meus pais me influenciou de uma maneira fundamental.

Antes de servir o Exército, eu já tinha participado do movimento pelos direitos civis e, depois, participei do movimento contra a guerra do Vietnã. Durante a década de 1980, participei dos protestos contra as ações de meu governo na América Central. Mais tarde, participei do movimento para impedir a guerra no Iraque. Deve ser óbvio que sou contra a ideia de colonialismo ou neocolonialismo. Acredito muito nos valores fundamentais de meu país e penso que a primeira responsabilidade da cidadania é transformar esses valores em realidade. Também penso que esses valores precisam ser a base da política estrangeira de meu país.

RAPM – A propósito, conte um pouco sobre sua experiência durante a Revolução Sandinista de 1979, na Nicarágua. Você vê alguma relação entre ter estudado a formação de uma sociedade

[Meus pais] viviam num ambiente em que tentavam manter sua cultura portuguesa, os clubes culturais, enquanto adotavam uma atitude forte contra a ditadura portuguesa de Antônio Salazar.

colonial no Brasil e seu posicionamento frente à política norte-americana para a América Latina?

Donald Ramos – O colonialismo português e a “política norte-americana” são, em minha opinião, diferentes em muitos sentidos, formas e processos, mas se vinculam através do conceito de poder no seu sentido mais amplo. Para o historiador, a ideia de poder é um dos temas constantes, em todos os ramos da vida. Eu apoiei o direito do povo nicaraguense de decidir o seu futuro sem influências estrangeiras. Apesar

de minha opinião pessoal sobre a Revolução Sandinista, achei e acho que a política dos EUA era errada e, ao mesmo tempo, contraproducente. Isso é parte de uma crítica mais ampla à política dos EUA em relação à América Latina e ao mundo, uma política que está inextricavelmente ligada a assuntos domésticos. Eu separo essas críticas e preocupações do meu trabalho como historiador, embora não possa ignorar a existência de conexões. Acredito que posso cumprir melhor minhas responsabilidades como cidadão dos EUA e do mundo tentando reformar a política dos EUA, agindo local e regionalmente para tentar trazer mudanças que, acredito, permitirão que meu governo recupere sua alma. Sigo a ideia “pense globalmente, aja localmente”. Não tenho o direito de participar da vida política de outras nações, mas tenho a responsabilidade de

influenciar as políticas de meu país em relação a essas nações. Retomando sua pergunta de um ponto de vista mais literal, entendo o seu uso de “norte-americano” como uma referência ao governo norte-americano. Na verdade, existem muitas políticas norte-americanas não oficiais. Existem muitas atividades de grupos de cidadãos e governos locais que vão contra a política oficial do governo. Com os meus alunos faço questão de insistir que eles não usem frases como “os brasileiros pensam”

ou “os mexicanos querem”, ou até “o povo revoltado.” É preciso falar com especificidade. Os nicaraguenses com quem falei durante a Revolução Sandinista sempre distinguiam entre “el gobierno norte-americano” e “el pueblo norte-americano”. Essas distinções são importantes e representam visões que devem ser respeitadas. Que nenhum país é um monólito, é uma verdade percebida perfeitamente na sociedade mineira durante o período que estudo. Quem era “o mineiro” da Idade de Ouro? O dono das minas e de pessoas escravizadas, ou a grande parte da população que vivia pobre e sem recursos? Quem tinha o direito de constituir a nossa definição de “o mineiro”? Para mim, o conceito “o mineiro” deveria ser composto por todos de uma maneira geral, embora estudado de uma maneira específica.

Não tenho o direito de participar da vida política de outras nações, mas tenho a responsabilidade de influenciar as políticas de meu país em relação a essas nações.

RAPM – Em sua tese de doutorado, você estudou a formação não apenas de uma vila mineira setecentista, mas também de toda uma sociedade. O que o estudo da constituição de Vila Rica lhe ensinou a respeito dessa questão complexa que é a formação de sociedades?

Donald Ramos – Uma das razões principais para a seleção de Vila Rica como foco de meus estudos foi poder examinar uma sociedade nova, uma sociedade em formação. Mas, em minha opinião, o que estudei foi uma

sociedade sendo recriada. O povo que estabeleceu e povoou a região aurífera trouxe consigo seus antigos valores, e o que aconteceu foi uma recriação: podemos até dizer, talvez, que houve uma recriação do Minho nas Minas. É importante lembrar que os africanos também trouxeram seus valores. Isso nos leva a temas muito abrangentes. Aqui, nos EUA, os historiadores da história norte-americana brigavam a respeito da influência da “fronteira”, do “Oeste”, na história norte-americana. Na historiografia norte-americana, o conceito de “fronteira” ocupa um lugar privilegiado. Pensei, em certo momento, que essa ideia poderia explicar a estrutura familiar que descobri em Vila Rica e na zona de mineração, sobretudo a presença significativa de famílias chefiadas por mulheres solteiras. No começo dos anos 1990, fui a Portugal para ministrar um

curso sobre a história das Américas na Universidade Nova de Lisboa e para estudar a estrutura familiar em Portugal durante o século XVIII. Eu esperava encontrar a versão portuguesa da mítica família mineira tradicional. Mas, primeiro, foi necessário estabelecer a fonte dos migrantes portugueses para Minas Gerais. Rapidamente aprendi que Portugal também não era um país monolítico, mas um país com várias regiões, com valores e estruturas sociais diferentes. Quando estudei os trabalhos científicos portugueses,

fiquei surpreso com a diversidade das estruturas familiares em Portugal e com as semelhanças entre a região do Minho e Minas Gerais. Nesse sentido, entre muitos outros aspectos, Vila Rica era a continuação da realidade portuguesa, estando distante da mítica tradicional família mineira. Então, fiquei impressionado com a constante influência portuguesa na formação da sociedade mineira. Portugueses migraram para Minas Gerais no decorrer do século do ouro, trazendo consigo seus valores e suas instituições. Eu acho, sem orgulho exagerado de minhas raízes, que muito de Minas pode ser previsto no Minho. Outra área de interesse pessoal é o universo espiritual dos mineiros. O universo espiritual poderia ter servido para unir os grupos tão diversos que povoaram as ruas de Vila Rica. Mas parece que o resultado foi o oposto. As elites, nas suas ordens terceiras, que

Portugueses migraram para Minas Gerais no decorrer do século do ouro, trazendo consigo seus valores e suas instituições. Eu acho, sem orgulho exagerado de minhas raízes, que muito de Minas pode ser previsto no Minho.

serviam quase como ordens regulares, sentavam-se sobre uma ordem social totalmente hierarquizada. As divisões entre os africanos e seus descendentes abrem uma outra janela importante para a compreensão daquele tempo. Essas divisões, simbolizadas pelas irmandades do Rosário e das Mercês, são importantes porque, como as ordens terceiras, nos dão o retrato de uma sociedade dividida e em conflito. Em minha opinião, o universo espiritual criado pela população mineira foi a recriação de seu mundo cotidiano.

RAPM – Você estudou, a respeito das populações escravas da sociedade mineira setecentista, tanto o problema da “aculturação” quanto o da proliferação de quilombos. O que ambos os fenômenos dizem acerca da integração, ou não, de africanos, crioulos e mestiços na América portuguesa?

Donald Ramos – Isso é um assunto sobre o qual existem muitas opiniões. Ofereço a minha. De modo geral, não encaro um conflito entre esses conceitos. O quilombola queria fugir de um sistema desumano, mas, na verdade, vivia numa relação simbiótica com esse sistema. Os documentos da Câmara Municipal de Vila Rica estão repletos de exemplos de calhambolas que entravam na vila para fazer compras ou visitar amigos e talvez familiares. Apesar dos capitães

do mato, os esforços sistemáticos feitos para eliminar os quilombos foram malsucedidos. Só quando os quilombos ameaçavam de maneira significativa as linhas de comunicação é que a Câmara tomava providências mais sérias. Mas, passada a crise, voltavam os calhambolas. Esses esforços parecem quase um rito. O fato de que, quando necessário, a Câmara agia com mais agressividade indica que tinha a capacidade, mas não a vontade, de eliminar os quilombos sem ser provocada. Em relação

ao tema da aculturação, gosto da teoria utilizada pelo historiador italiano Carlo Ginzburg em seu livro *O queijo e os vermes*. Em minha opinião, existiu um processo recíproco entre a cultura dominante e as outras culturas presentes. Nesse ponto, é importante salientar a heterogeneidade desses grupos. Sem mais estudos sobre essa heterogeneidade, temos de falar de um modo geral. Um exemplo comum é a Irmandade do Rosário dos Pretos. A participação de africanos nos ritos católicos é importante. Mas, ao mesmo tempo, esses mesmos africanos utilizavam as instituições da Igreja para dar continuidade às tradições africanas, com suas congadas, reis, rainhas etc. A mesma instituição servia, de um lado, para aculturar africanos e, de outro, para manter suas crenças e instituições próprias. Essa dualidade de função é um exemplo de

A participação de africanos nos ritos católicos é importante. Mas, ao mesmo tempo, esses mesmos africanos utilizavam as instituições da Igreja para dar continuidade às tradições africanas, com suas congadas, reis, rainhas etc.

reciprocidade. Outro exemplo é a aceitação da mancebia pela Igreja Católica. Essa aceitação faz parte das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* e das visitas pastorais. A Igreja teve de se acomodar às práticas e realidades populares mineiras. Mas, ao mesmo tempo, se esforçava para impor os valores do Concílio Tridentino. Acho que existem outros exemplos que, juntos, demonstram essa ideia de reciprocidade cultural. Admito, contudo, que com o decorrer do tempo o poder institucional iria, passo a passo, ganhar

terreno frente aos valores e às práticas populares. Mas, embora ganhasse terreno, não conseguia eliminar esses valores e práticas.

RAPM – Em que medida a sociedade mineira setecentista se aproxima ou se distancia de outras sociedades coloniais da América?

Donald Ramos – Essa é outra pergunta muito complicada. Neste espaço só posso responder de uma maneira geral. Aqui na minha universidade, a Universidade Estadual de Cleveland, ofereço uma disciplina sobre a história colonial da América Latina, que é uma investigação e comparação entre dois impérios. Então, responder em poucas palavras é difícil. Mas, prosseguindo... Acho que existem mais semelhanças do que diferenças entre as estruturas sociais, econômicas

e políticas dos dois impérios. Em todos ou quase todos os ramos das duas sociedades, existem correspondências fortes entre os dois mundos. Até prefiro dizer que são as duas metades de um mesmo mundo, um mundo ibérico. As estruturas sociais são as mesmas. Os povos que constituíam essas duas sociedades eram obviamente diferentes: espanhóis, índios, africanos em alguns lugares, e seus descendentes na América espanhola; portugueses, africanos, índios em alguns lugares, e

seus descendentes no Brasil. Eram sociedades simétricas. As estruturas e os valores eram os mesmos. Em minha opinião, são os princípios históricos que explicam as semelhanças: princípios demográficos, geográficos e históricos. Aqui, esses aspectos são pouco estudados, aparecendo como introduções ou panos de fundo, mas acho que são decisivos para se entender o processo histórico. São aspectos que, por exemplo, explicam em grande parte as diferenças do desenvolvimento histórico nas Américas. Acho interessante encarar a América Latina colonial como um todo: as diferenças no interior de cada metade são maiores do que as diferenças entre os dois impérios. É um assunto tão importante quanto polêmico. Mas uma das funções da história é justamente abrir espaço para conversas e debates.

Em minha opinião, são os princípios históricos que explicam as semelhanças: princípios demográficos, geográficos e históricos. [...] São aspectos que, por exemplo, explicam em grande parte as diferenças do desenvolvimento histórico nas Américas.

RAPM – No Brasil, mesmo entre os intelectuais, há uma tendência de explicar as diferenças entre as sociedades americanas de colonização ibérica e as de colonização inglesa em função, principalmente, de limites fixados pela distinção entre catolicismo e protestantismo. Para além de abordagens acadêmicas, como a de Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, há a versão popular do “jeitinho brasileiro”. Essa visão tem sido relativizada pela afirmação de que no mundo anglo-saxão nunca existiram formas sociais tão radicalmente

racionalizadas. Nesse sentido, não seria correto, por exemplo, estabelecer uma oposição estereotipada entre o verdadeiro liberalismo da Inglaterra e dos EUA e o liberalismo superficial de Portugal e do Brasil. Você concorda com esse raciocínio? Seria possível dizer que também existe um “jeitinho norte-americano”?

Donald Ramos – Preciso desconstruir essa pergunta. Respondê-la consistentemente demandaria um livro. Por agora, sugiro algumas reflexões. Estou acostumado com a questão central e não aceito a aplicação da tese de Max Weber à explicação dessas diferenças. Para mim, a explicação é bem mais simples: geografia e idade histórica. Os EUA eram e são uma terra rica. Um exemplo: 19% dos EUA são cultiváveis; do Brasil, 7%; do México, 13%; e da Argentina,

10%. Outro aspecto é a ausência de barreiras físicas para o povoamento dos EUA até se chegar às montanhas do Oeste. E, talvez, mais importante, é o sistema de rios que lavam o interior do país e tornam possível o transporte barato. O Rio Mississippi ocupa o centro do país, distribuindo-se, ao norte, por Minnesota, a leste, até Pittsburgh, e, a oeste, em direção às terras superférteis do Iowa. Com isso quero dizer que o Rio Mississippi tem um papel econômico central na história norte-americana.

Um papel muito diferente daquele do Rio Amazonas, cuja importância tem sido reconhecida nas últimas décadas. Também acho relevante salientar a importância do tempo como fator explicativo. Portugueses e espanhóis povoaram as Américas no começo do século XVI, e os ingleses, cem anos mais tarde. Nos anos que separam as duas ondas de povoamento, houve uma mudança grande nos valores dessas sociedades. Sem dúvida, um motivo para tal mudança foi a Reforma Protestante, mas acho que seus efeitos foram indiretos. Os ingleses que vieram para as colônias trouxeram religiões diversas: em Massachusetts eram puritanos, mas em Maryland eram católicos, na Pensilvânia, *quakers*, e em outras colônias eram anglicanos e presbiterianos. Talvez a grande sorte da colonização inglesa tenha sido sua diversidade religiosa, que era, em 1500, impossível. Como

Portugueses e espanhóis povoaram as Américas no começo do século XVI, e os ingleses, cem anos mais tarde. Nos anos que separam as duas ondas de povoamento, houve uma mudança grande nos valores dessas sociedades.

uma forma de pós-escrito, acho que as diferenças religiosas são importantes para o estudo da escravidão num sentido comparativo. Mais ainda: quando essa comparação entre as sociedades coloniais é feita, geralmente é só com os EUA, e não com outras colônias inglesas como a Jamaica ou Trinidad. Nessa comparação interna se veem claramente os efeitos da demografia e da geografia. Em termos de liberalismo, outro assunto, na minha opinião, de muita importância, enfrento a questão de outra maneira. Volto ao tema do tempo histórico. O liberalismo

como filosofia fez parte do desenvolvimento dos EUA desde o começo. Para repetir, o mundo europeu de 1620 já era muito diferente do mundo de 1500. Nas colônias inglesas, esses valores faziam parte da cultura: a ênfase no indivíduo, por exemplo. O liberalismo não era uma filosofia meramente política. A Declaração de Independência de 1776 é um documento profundamente liberal. Em minha opinião, o liberalismo na América Latina foi uma importação do século XVIII, e foi aceito por parte da elite, rachando o “consenso” tradicional. O liberalismo, assim, tornou-se uma visão entre várias. Nesse sentido, prefiro não usar a palavra “superficial”. Ele era verdadeiro, mas apenas para um grupo, ainda que importante. Em relação ao jeito norte-americano, acho que todas as culturas têm seus modos de ser. Talvez possamos discutir o

“jeitinho mexicano”. Talvez fosse melhor que esse conceito de “jeitinho”, no seu sentido popular, permanecesse um monopólio brasileiro.

RAPM – Um dos aspectos que chamam a atenção do turista brasileiro nos EUA, especialmente em cidades como Cleveland, é a existência de um número muito grande de igrejas. Os EUA são um país religioso?

Donald Ramos – Confesso que não sei como medir “religiosidade”. Mas temos dados para a assistência aos serviços religiosos. Num desses levantamentos, os EUA aparecem em décimo primeiro lugar; atrás de países como Portugal e México, mas à frente dos outros países latinos. No entanto, eu acho que o grande número de igrejas aqui encontrado tem outra explicação. O que atrai a nossa atenção é resultado da história religiosa dos EUA e da grande pluralidade de crenças aqui existente. Cada grupo vai erigir a sua igreja e isso teve como resultado a produção de uma paisagem repleta de igrejas. Para dar um exemplo: os imigrantes portugueses na cidade onde fui criado, em Massachusetts, tinham igrejas católicas e batistas, e muitos portugueses frequentavam outras igrejas protestantes. Muitos grupos de imigrantes se dividiram em religiões diversas. É essa diversidade que vai produzir um grande número de igrejas. E é um processo que

A trajetória histórica dos EUA mantém uma tolerância religiosa, e isso tem servido como um convite à participação aberta na vida política e social.

continua ainda hoje. Outra diferença é a presença da religião na vida política dos EUA. Apesar de algumas dificuldades, a trajetória histórica dos EUA mantém uma tolerância religiosa, e isso tem servido como um convite à participação aberta na vida política e social. Acho que são essas vozes que dão a impressão de religiosidade.

RAPM – Conte um pouco sobre sua trajetória acadêmica nos EUA. Como você chegou à Universidade Estadual de Cleveland? Quais são as exigências para a admissão e a permanência de um professor nas

universidades norte-americanas? Há diferenças importantes entre o sistema privado e o público?

Donald Ramos – Meu doutoramento se deu na Universidade da Flórida, e passei dois anos no Brasil, entre 1969 e 1971, envolvido em pesquisas. Quando voltei aos EUA para preparar a tese, fui convidado pela Universidade Estadual de Cleveland, entre outras universidades, para fazer parte de seu corpo docente. Foi um processo rápido baseado no meu currículo, que felizmente não é seguido hoje em dia. Aceitei o convite porque era uma universidade nova, num centro urbano, com uma missão de engajamento com a comunidade. Hoje o processo é diferente e a concorrência, muito maior. Em 1971, tanto as vagas como os candidatos eram poucos. Mas 1971 foi o começo de uma explosão nas

universidades norte-americanas. Cada vaga hoje precisa ser anunciada usando-se meios nacionais. É importante lembrar que não existe um sistema nacional de educação. As únicas universidades federais são as escolas militares como West Point. Existem universidades estaduais como a minha, mas normalmente agem com muita independência na contratação de professores. Então, é difícil generalizar sobre o processo de escolha de professores; mas acho que o sistema usado na minha universidade é típico. Cada vaga, dependendo da disciplina e da especialidade, vai atrair, no mínimo, cem candidatos sérios. Normalmente, é uma comissão do departamento que lê os documentos, inclusive publicações, para escolher um número menor de finalistas. Essa lista tem de ser aprovada pelo departamento e pela diretoria de ação afirmativa (para verificar que o processo foi aberto). Esse número é reduzido e ordenado através de conversas do departamento, e um número pequeno de candidatos é convidado a visitar o departamento para fazer uma apresentação de suas pesquisas, discutir suas ideias sobre pedagogia e ministrar uma aula. A estabilidade do professor, *tenure*, é uma decisão baseada no trabalho científico, na qualidade de suas publicações e na qualidade do ensino. É uma decisão feita pelo departamento – que solicita pareceres de especialistas de fora

Posso dizer com toda certeza que não existe qualquer sistema de quotas aqui. Simplesmente é contra a lei.

da universidade –, pelo decano da faculdade e pelo chefe do setor acadêmico da universidade. Também existem vários processos para proteger os direitos do candidato.

RAPM – Em sistemas como o da Universidade Estadual de Cleveland, de que maneira são encaminhados temas prosaicos como a dificuldade de relacionamento com outros colegas ou a falta de produção após a obtenção do *tenure*?

Donald Ramos – A primeira questão é uma dimensão humana que

tem de ser resolvida caso a caso. Ainda estamos procurando a utopia. Falta de produção depois do *tenure* pode ser um problema. Aqui na minha universidade não é muito comum, mas acontece. Encaramos o docente como um professor que faz pesquisas e um pesquisador que ensina alunos. Se um professor falta na área de pesquisa, é possível que ele seja convidado a oferecer mais disciplinas. Mas isso não é comum e nunca aconteceu no nosso departamento de História.

RAPM – Atualmente, no Brasil, há um debate muito intenso a respeito de ações afirmativas. Você poderia explicar um pouco sobre como essa questão tem sido tratada nos EUA? Muitos brasileiros acreditam que nos EUA vigora um sistema de quotas. Isso ocorre de fato?

Donald Ramos – Tenho acompanhado os debates no Brasil sobre ação afirmativa. Aqui, participei de uma maneira muito ativa nessas conversas sobre o assunto. É uma área muito importante e uma questão de justiça, num sentido abrangente. Servi em várias comissões em minha universidade e participei da preparação de vários planos sobre diversidade que foram implantados aqui. Também tenho participado de várias conversas com colegas brasileiros sobre o assunto. Posso dizer com toda certeza que não existe

qualquer sistema de quotas aqui. Simplesmente é contra a lei. No máximo, podemos estabelecer metas muito vagas, como “queremos ampliar a diversidade do corpo docente”. Mas sem quotas rígidas de qualquer tipo. Para nós, mais importantes são os esforços para diversificar o grupo de candidatos que serão considerados. No processo explicado anteriormente, é contra a lei fazer perguntas sobre uma série de assuntos tais como religião e etnia. Existem as mesmas regras em relação aos alunos. É contra a lei tomar qualquer decisão baseada nessas características pessoais. De modo geral, nas universidades públicas como a minha, não admitimos alunos baseados na existência de vagas. Como universidade estadual, temos de aceitar os alunos que alcançarem os pré-requisitos estabelecidos. Então, num sentido estrito, não enfrentamos a situação das universidades brasileiras, que têm números precisos para cada departamento

Às vezes penso que, ao chegarem a certo ponto da vida, todos querem estudar História. Isso abre uma grande porta aos nossos departamentos.

ou curso. Aqui entra outro conceito liberal: o mercado livre. Sei que essa não é a impressão brasileira sobre a ação afirmativa nos EUA. Mas é a nossa realidade, estabelecida pela Suprema Corte do país. As soluções para a situação brasileira precisam ser encontradas no Brasil, porque as realidades sociais são muito diferentes.

RAPM – A questão do patrimônio histórico vem se tornando cada vez mais importante no Brasil. Fale um pouco sobre a *Public History* nos EUA.

Donald Ramos – *Public History* consiste numa das maneiras pelas quais a disciplina de História pode se engajar na comunidade. Em minha opinião, esse engajamento é da maior importância. Muitas universidades nos EUA abriram programas de *Public History*. Acho que esse engajamento é uma função importantíssima que oferece oportunidades para nossos alunos. Aqui, o turismo cultural tem se tornado um aspecto importante em muitas comunidades. Muitas pessoas, especialmente da crescente comunidade de aposentados, querem utilizar as suas férias para aprender algo mais. Faz parte de um processo maior: a visão de que devemos continuar a aprender durante nossa vida inteira. Às vezes penso que, ao chegarem a certo ponto da vida, todos querem estudar História. Isso abre uma grande porta aos nossos departamentos de História. As pousadas antigas atendem à mesma visão. Temos cidades

que cumprem a mesma missão: Williamstown, na Virginia; Mystic, em Connecticut; ou Sturbridge e Plimoth Plantation, em Massachusetts, são exemplos. É nessa direção que a História pode cumprir uma função econômica e promover o desenvolvimento de uma área. Em minha opinião, se já não esta sendo feito, Ouro Preto seria um laboratório perfeito para o desenvolvimento de *Public History*, que é uma maneira de vincular a disciplina histórica à comunidade e às autoridades comunitárias. É uma maneira pela qual um departamento de História, enquanto mantém suas pesquisas tradicionais, pode contribuir para o bem-estar da comunidade. E, repito, abre outras possibilidades profissionais para nossos alunos.

RAPM – Como você vê a evolução política, econômica e social do Brasil desde a redemocratização de 1985, especialmente nos governos FHC e Lula?

Donald Ramos – Prefiro não comentar especificamente sobre os governos FHC e Lula. Mas, sobre o processo de redemocratização, posso indicar minha satisfação e alegria. Relembrando, minha primeira estada no Brasil foi justamente nos difíceis anos de 1969-1971. E quem de nós naquela hora poderia imaginar as eleições de Collor de Melo, FHC e Lula? É uma vitória para o povo brasileiro.

Ouro Preto seria um laboratório perfeito para o desenvolvimento de *Public History*, que é uma maneira de vincular a disciplina histórica à comunidade e às autoridades comunitárias.

Reconheço os problemas existentes hoje em dia, mas todas as sociedades encaram problemas. Eu espero que esse ganho dê esperança aos povos da América Latina e inicie um novo processo histórico.

RAPM – Quando pretende voltar ao Brasil?

Donald Ramos – Adorei viver no Brasil. Por anos, voltava para pesquisar em Minas durante o nosso verão. E depois de 1992, comecei a alternar viagens de pesquisa entre Brasil e Portugal. Mas os meus encargos administrativos aqui impediam estadas

de mais de um ou dois meses por vez. Agora eu e minha esposa estamos aposentados. Apesar dessa aposentadoria, continuo ministrando aulas na universidade, mas com mais tempo disponível para viajar. Estamos pensando em voltar ao Brasil ou a Portugal para passar mais tempo. Assim, posso continuar revisitando esses dois terços da minha identidade.

(Mais informações sobre Donald Ramos e sua obra podem ser consultadas em <http://academic.csuohio.edu/dramos/ramos/documents/vita04.html>).

Entrevista concedida a Marco Antonio Silveira, professor adjunto da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).



Espaço

D. R. M.

Chacara do P. João N.

Terrão desamparado

Espaço

Terrão desamparado

D. P. Justino

Ribeirão do PRESIDIO

Presidio

Desamparado

Espaço

Porto de Foz de Am. S.

Ribeirão do PRESIDIO

Espaço

Rua de Mouraria